

Brasília-DF



LUANA PATRIOLINO (INTERINA)
politica.df@dabr.com.br

Estratégia de aproximação

Os recentes jantares do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) não são uma surpresa para os aliados. Em uma estratégia para estabelecer um estreito diálogo com o Judiciário, ele tem promovido diversos encontros com os magistrados, postura bem diferente dos primeiros mandatos do petista. À época, ele delegava a função a Márcio Thomaz Bastos, ministro da Justiça entre 2003 e 2007, seu principal conselheiro para essas questões.



Outro lado

O gabinete do ministro Nunes Marques negou a informação, publicada nesta coluna, de que “tenha parado de colocar força” no apoio ao desembargador Carlos Brandão para o STJ. O magistrado disse que a escolha é do presidente da República e que não cabe a ele opinar sobre o tema, mas que, por ter trabalhado com Brandão no TRF-1, considera que o desembargador atua com seriedade e correção em suas funções.

Mansinho até quando?

Quem viu o debate transmitido pelo SBT e o portal Terra, com os candidatos à Prefeitura de São Paulo, ontem, notou Pablo Marçal (PRTB) muito mais dócil do que costuma se mostrar em público. O motivo é que ele está preocupado com a imagem ruim entre os eleitores. Afinal, a pesquisa Datafolha mostrou que o influenciador tem a maior rejeição do eleitorado — com 47%. Esse percentual praticamente inviabiliza a vitória nas urnas.

Logo ele?

Na saída do encontro, o candidato do PRTB negou que esteja mudando a postura em razão da altíssima rejeição, mas se comparou — pasmem! — a Jesus Cristo. Segundo ele, a “rejeição faz parte de um processo” para ser amado. “Como se faz para ser muito amado sem ser muito rejeitado? Olha para Cristo: ele foi rejeitado por todo mundo e, hoje, é uma das figuras mais amadas do mundo. Ou seja: a rejeição faz parte do processo no qual as pessoas começam a te dar atenção”, disse.

Malandro demais...

...se atrapalha, diz o ditado popular. Marçal admitiu que a cena da ambulância, que correu suas redes sociais, pouco depois da cadeirada que levou no debate da TV Cultura, no domingo passado, foi armação. Muita gente notou estranhezas — como socorristas vestidos de preto, um deles com o boné da campanha do candidato (aquele que tem o M) e outro fazendo sinal a uma picape para ultrapassar a ambulância. Episódios assim apenas ajudam para a alta rejeição.

Estranho no ninho

Juízes do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA) relatam incômodo com o fato de o desembargador Baltazar Miranda ocupar a presidência da Sociedade Amigos da Marinha de Salvador (Soamar), uma associação privada integrada por empresários e profissionais liberais interessados em negócios portuários e em processos judiciais.

O que diz a lei?

Segundo a Lei Orgânica da Magistratura, juízes e desembargadores são proibidos de “exercer cargo de direção ou técnico de sociedade civil, associação ou fundação, de qualquer natureza ou finalidade, salvo de associação de classe, e sem remuneração”. A Soamar não é associação de classe, mas, sim, uma espécie de clube que coloca em contato pessoas de setores diversos com interesses nas atividades ligadas à operação portuária na capital da Bahia.

Situação incômoda

A situação tem gerado críticas por parte de outros juízes e até por pessoas do meio naval, que se incomodam com o fato de a Marinha ter conhecimento da situação do desembargador. Em abril deste ano, por exemplo, o vice-almirante e comandante do 2º Distrito Naval, Antônio Carlos Cambra, participou e discursou na sessão feita pela Câmara de Vereadores de Salvador em homenagem aos 50 anos da Soamar.

Pouca coisa mudou

A lei de importação sexual completou seis anos em setembro com um cenário cada vez mais crítico para as mulheres. Nesta semana, a comediante Tatá Mendonça, conhecida como Cega na Comédia, denunciou ter sido vítima do crime durante uma apresentação em São Paulo. No vídeo, publicado nas redes sociais, é possível observar que o homem está ao lado da mulher, que tem deficiência visual e, durante um discurso, começa a passar a mão no corpo dela.



Mário Agra/Câmara dos Deputados

Mas há esperança

A autora do projeto que deu origem à lei, deputada federal Renata Abreu (Podemos-SP, foto), acredita que o impacto desta lei vai muito além da punição atrás das grades. “As mulheres, hoje, têm confiança e coragem de denunciar seus molestadores, sabendo que serão ouvidas e que a Justiça está ao seu lado. E o melhor: a sociedade está reagindo com elas”, disse a parlamentar à coluna.

DIPLOMACIA / Governo avalia a hipótese de aproveitar a visita do presidente chinês, em novembro, para aderir ao tratado proposto por Pequim — que frequentemente reitera o convite. Porém, há setores que veem com reserva à iniciativa econômica

Dúvidas sobre a Rota da Seda

» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reuniu-se, ontem, com os ministros da área econômica e das Relações Exteriores para tratar da possibilidade de dar um passo definitivo sobre a adesão à Iniciativa Cinturão e Rota (ICR), quando da vinda do presidente chinês Xi Jinping, em novembro. O encontro foi a continuação de uma outra reunião, realizada na quinta-feira, e conduzida pelo vice-presidente Geraldo Alckmin — que chefiava o principal organismo de negociação entre os dois países, a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban).

Mas há barreiras a contornar, sobretudo com os norte-americanos, que travam uma espécie de “guerra fria” com os chineses — que se relaciona, por exemplo, às tensões relacionadas a Taiwan, às disputas comerciais internacionais e, até mesmo, à

possibilidade de a rede social TikTok ser banida dos Estados Unidos. Além disso, dentro do Ministério das Relações Exteriores setores avaliam que o Brasil é capaz de atrair investimentos de Pequim sem precisar se comprometer com a Nova Rota da Seda.

Predação comercial

No encontro de ontem, Lula foi informado dos acordos e investimentos que estão sendo articulados com a China e que serão anunciados em novembro, quando Xi Jinping virá ao Brasil para uma visita de Estado. Os chineses são um dos principais parceiros comerciais do Brasil, mas grandes setores industriais nacionais veem a participação deles na economia brasileira como predatória. A ideia do governo Lula é qualificar o fluxo de negócios — abrindo caminho para produtos brasileiros de maior valor agregado, no lugar de commodities.

Ricardo Stuckert/PR



Um dos maiores empecilhos para que Lula e Xi Jinping celebrem a adesão à Rota é a pressão dos EUA

A adesão está sendo considerada por conta das vantagens econômicas. Em 14 de agosto, em evento na sede da

Confederação Nacional da Indústria (CNI), Lula afirmou que a proposta será discutida, mas quer aprofundar um pouco

mais o que o governo chinês tem a oferecer.

“Vamos discutir a Rota da Seda”, não vamos fechar os olhos,

não. Vamos dizer: ‘O que é que tem para nós? O que é que eu tenho com isso? O que é que eu ganho? Porque essa é a discussão’, observou Lula.

O projeto chinês prevê investimentos em grandes obras de infraestrutura, em vários pontos do planeta. Em curso há 10 anos, o governo de Pequim investiu aproximadamente US\$ 1 trilhão, em dois mil acordos com 148 países. O Brasil foi consultado para integrar a iniciativa em 2018 e o convite é frequentemente renovado.

Xi Jinping vem ao Brasil, em novembro, para participar da Cúpula de Chefes de Estado do G20, no Rio de Janeiro. Há a possibilidade de o presidente chinês vir a Brasília para uma visita de Estado — quando deverá se reunir também com os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso.

Roque de Sá/Agência Senado



Renan e Braga foram apontados como facilitadores de grupo econômico

INVESTIGAÇÃO

PF indícia Renan, Braga e ex-senador Jucá

» RENATO SOUZA

Os senadores Eduardo Braga (MDB-AM) e Renan Calheiros (MDB-AL), além do ex-senador Romero Jucá, foram indiciados pela Polícia Federal (PF) por, supostamente, terem cobrado propina para favorecer o grupo Hypermarcas, atual Hypera Farma, no Senado. O relatório final da investigação foi enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Os três são acusados de coação de propina e corrupção. O indiciamento foi revelado pelo UOL e confirmado pelo Correio junto a fontes na PF. O caso foi investigado em um desdobramento da Operação Lava-Jato e o relator do processo na Corte é o ministro Edson Fachin.

O magistrado encaminhou o caso para a Procuradoria-Geral da República (PGR) a fim de confirmar se existem provas

suficientes e, a partir disso, apresenta uma denúncia — que deverá ser relacionada apenas a Renan e Braga, pois, como senadores, têm prerrogativa de função. A parcela que atinge Jucá deve tramitar em primeira instância, pois ele é ex-parlamentar.

Os três foram citados na delação de Nelson Mello, ex-diretor de Relações Institucionais do Grupo Hypermarcas. Conforme disse, as propinas teriam sido

negociadas por meio do lobista Milton Lyra, que além de também ter sido indiciado, dizia agir em nome dos senadores e que eles poderiam tomar iniciativas de interesse da empresa e do setor no Congresso.

A defesa de Jucá afirmou que o cliente colaborou com as investigações e a de Braga disse que são “ilações esdrúxulas”. A de Renan não se manifestou até o fechamento desta edição.